



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADE E LETRAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**MARILENE VIEIRA PINTO**

**Educação assistencial e disciplinar às órfãs do  
Asylo Filhas de Ana em Cachoeira - BA (1891 - 1945)**

**Cachoeira-Ba**

**2018**

**MARILENE VIEIRA PINTO**

**Educação assistencial e disciplinar às órfãs do  
Asylo Filhas de Ana em Cachoeira - BA (1891 - 1945)**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB – como requisito parcial para a obtenção da Graduação em Licenciatura no curso de História, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Solyane Silveira Lima.

**Cachoeira-BA**

**2018**



À Doratildes, mesmo na sua ausência física, sinto que permanece junto de mim. Pois, tudo que sou e onde cheguei, devo a você e, nos meus pensamentos, atos e palavras sua memória está viva. Eternamente, minha Mãe!

## **AGRADECIMENTO**

À Deus, autor da minha existência e verdadeiro conhecedor daquilo que sou inteiramente. Aquele que conhece às minhas capacidades, limitações e, mesmo assim, ama-me incondicionalmente.

À minha família, meu tesouro aqui na Terra, por todo amor, incentivo, confiança e atenção. À minha comunidade pela compreensão e apoio fraterno.

À professora Luana Alves pela ajuda na formatação deste trabalho, a Luana, a professora Claudete e Edlene. Ao Prof. Fernando Barbosa pelo paciente trabalho de revisão da redação. A minha gratidão se estende os estabelecimentos: Arquivo Públicos de São Felix e a Casa de Misericórdia de Cachoeira, nos quais fiz buscas e pesquisas a fim de enriquecer o meu trabalho. Os funcionários dessas repartições, generosamente, permitiram meu acesso a

alguns documentos, que muito contribuíram com a elaboração deste trabalho e me fez sentir a cansativa função do historiador. Obrigada a todos pela acolhida, pela atenção e pela colaboração e participação na minha formação.

A todos os professores, excelentes profissionais, pelos momentos de discussão, trocas de experiências, orientações, dicas e por compartilharem suas histórias, suas lutas, suas experiências e vitórias.

A professora Dra. Solyane pela orientação, apoio, confiança, empenho, dedicação, generosidade, respeito, liberdade, paciência e direcionamentos fundamentais para conclusão deste trabalho.

À senhora Helena, pessoa amável, acolhedora, memorável, a quem pude entrevistar e conhecer a sua fantástica história de vida, os relatos de sua vivência como aluna do Asylo e todo conhecimento oferecido, por sua importante contribuição neste processo. Sem a sua ajuda este trabalho não seria possível. Obrigada por tudo!

Aos colegas de turma, pelos trabalhos de grupos, seminários e resenhas. E a todos que, de alguma forma direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui.

“Por tudo daí graças”

## **RESUMO**

O referente trabalho é uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a Educação no Asylo Filhas de Ana e tem como objetivo compreender o contexto educacional no final do sec. XIX em Cachoeira e analisar as práticas educacionais nessa instituição. Para tanto, procurou-se reconstruir a sua trajetória, a demanda, as condições de admissão, as práticas educativas, as regras disciplinares, bem como a dimensão filantrópica da mesma. A pesquisa abrange o período de 1891 a 1945 e pretende ainda, oferecer à História da Educação feminina uma reflexão sobre o atendimento as desvalidas internas e alunas externas como uma resposta filantrópica, proposta pela Igreja na pessoa do Sr. Antônio Carlos da Trindade Melo e pelo grupo denominado Senhoras de Caridade. A pesquisa fundamenta-se em uma metodologia,

que utiliza também, a História Oral, por meio de entrevista gravada com uma ex-aluna, que testemunhou sobre acontecimentos abordados no contexto da época, tomado como fontes para a compreensão do que ocorreu no passado, retratando o cotidiano das internas em todas as dimensões, abordando as atividades educativas, o lazer, os castigos, as visitas, as regras de disciplina, as atividades manuais, a conveniência, a relação de poder, a resistência às regras impostas.

**Palavras-Chave:** Educação; Cachoeira; Disciplina; Internas; Asylo Filhas de Ana.

## **ABSTRACT**

The reference work is a bibliographical and documentary research on Education in Asylo Filhas de Ana and aims to understand the educational context at the end of sec. XIX in Cachoeira and analyze the educational practices in this institution. In order to do so, it was sought to reconstruct its trajectory, the demand, the conditions of admission, the educational practices, the disciplinary rules, as well as the philanthropic dimension of the same. The research covers the period from 1891 to 1945 and also intends to offer to the History of Women's Education a reflection on the care given to the inner deprived and external students as a philanthropic response proposed by the Church in the person of Mr. Antônio Carlos da Trindade Melo and by the group called Ladies of Charity. The research is based on a methodology that also uses the Oral History, through interviews recorded with one student os Asylo about events, taken as sources for understanding what happened in the past, portraying the daily life of the inmates in all the dimensions, addressing educational activities, leisure, punishment, visits, rules of discipline, manual activities, convenience, power relationship, resistance to imposed rules and experiences lived.

**Keywords:** Education; History; Waterfall; Discipline; Internal; Asylo Ana's Daughters.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. ASPECTOS DA CIDADE DE CACHOEIRA.....</b>	<b>9</b>
<b>3. O ASYLO FILHAS DE ANA.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1. Corpo administrativo .....</b>	<b>14</b>
<b>3.2. Práticas Educacionais .....</b>	<b>16</b>
<b>3.3. As Tarefas desenvolvidas pelas internas .....</b>	<b>17</b>
<b>3.4. Resistências à normatização disciplinar .....</b>	<b>19</b>
<b>3.5. O controle do poder do tempo e do espaço.....</b>	<b>21</b>
<b>4. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA MARCANTE .....</b>	<b>24</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>32</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>34</b>



## 1. INTRODUÇÃO

No final do século XIX o Brasil conservava costumes e fazeres tradicionais e, na cidade de Cachoeira, estes preceitos estavam bem acentuados especialmente no que diz respeito ao sexo feminino. É em meio a este contexto que o Asylo Filhas de Ana foi fundado para oferecer acolhimento, educação às meninas carentes, a fim de livrá-las da má fama e das armadilhas que o mundo preparava para o sexo frágil, como era vista as mulheres até então.

Estudos mostram que em consequência da Guerra do Paraguai (1864-1869), por volta de 1870, epidemias como a cólera e a varíola instalou-se em vários pontos do Brasil, e abateu grande número de pessoas. Vítimas dessa realidade, muitas crianças se tornam órfãs em todo Brasil. A existência de crianças órfãs desamparadas, vulneráveis à violência, à prostituição e todas as formas de males oferecidos pela vida, exigia das autoridades uma providência, um lugar com capacidade de ampará-las e oferecer digna educação.

A Igreja por sua vez difundia uma ideia, que colocava a mulher na posição de sexo frágil, porém, capaz de levar a sociedade ao pecado pela sua capacidade e poder de sedução, portanto, deveria ser bem vigiada e conduzida. Assim, o melhor espaço para execução desse plano seria um lugar que lhe oferecesse uma educação formal.

Nesta época, a educação que se oferecia às meninas era apenas o curso primário e, ainda assim, ficava restrita a minoria, pois se compreendia que elas não precisavam de muita instrução, uma vez que a influência da mulher nas decisões do país ainda era muito restrita ou nula. E para tal fim, foi fundado em Cachoeira, cidade do recôncavo da Bahia, a 109 km de Salvador, o Asylo Filhas de Ana, por iniciativa do benemérito Sr. Antônio Carlos da Trindade Mello, datado em 1891, com objetivo de abrigar as órfãs e desvalidas da região. O Asylo era administrado pelo fundador e coordenado pelas senhoras de caridade, tidas com Mães protetoras, as primeiras responsáveis para arrecadar fundos a fim de custear as despesas do abrigo.

Para desenvolver este trabalho, faz-se uso de fontes como o Estatuto do Asylo, documentos da época referentes à Instituição e entrevista com ex-aluna e pessoas envolvidas de alguma forma com educação oferecida no Asylo, além do uso de documentos manuscritos como relatório e petições destinados a instituição. Como base teórica, o trabalho contará com o apoio de referências como: Barboza (2007), Cynthia Veiga (1999), Freitas (2003), Del

Priore (2000), Foucault (2004, 2009), José Almeida, Janaina Amado, Mattoso (1992), Rizzini e Pilotti (1995), Rizzini, (2004), e outros.

Para tanto, faz-se uso como fonte de pesquisa a dissertação de mestrado de Sinara Souza (2009), que aborda o assunto em discussão de forma ativa e eficaz, sobretudo, com enfoque no Asylo Filhas de Ana, e Eneida Conceição (2017) que também discute em seu trabalho de conclusão “Um meio honesto de sobrevivência” o objeto em questão.

Para melhor desenvolvimento, no decorrer da pesquisa, pretende-se traçar uma divisão estrutural de duas partes, tencionando melhor compreensão e clareza do que se busca. A primeira parte do trabalho apresentará a cidade de Cachoeira e a presença marcante do Asylo nesta localidade, a entrada e permanência das asiladas com intuito de perceber as possíveis reações na conjuntura de suas vivências com variadas identidades e particularidade de cada uma delas, daí identificar as possíveis formas de resistência, negação e aceitação das regras de conduta que lhes eram transmitidas e muitas vezes impostas através das normas da instituição. A segunda parte contará com o relato da Sra. Helena Maria, ex-aluna externa do Asylo.

O interesse pela história local foi o aspecto principal de escolha do tema deste trabalho, tendo como objeto de estudo a educação e o amparo das órfãs nas dependências do Asylo Filhas de Ana. Diante dessa escolha, veio à certeza de contribuir com o acervo histórico e o patrimônio cultural desta cidade.

O recorte temporal do trabalho atingirá os anos de 1891-1945. Primeiro e único abrigo para meninas da cidade, esteve sob a tutela do seu fundador Sr. Antônio Carlos da Trindade Melo, os cuidados das senhoras de caridade e a administração das irmãs Sacramentinas.

Sobre pesquisas em História da Educação, observa-se ainda hoje grande carência, sobretudo no que se refere à história local. Assim, busco ratificar a importância e necessidade da temática para a composição de um quadro memorial dos fenômenos educacionais vivenciados na região do recôncavo baiano, particularmente em Cachoeira, sítio desta pesquisa.

Com o resultado obtido, foi possível então, a elaboração do presente artigo, que corrobora ao fomentar mais subsídios para se alcançar uma gama de conhecimento a cerca da historiografia educacional Cachoeirana principalmente a história educacional na segunda metade do século XIX. Reznik (2002) ressalta a urgência de se constituir uma historiografia

para além do homogêneo nacional; é necessário também se produzir uma historiografia a nível regional, local.

Vários aspectos, causas e concepções influenciaram no surgimento das instituições e casas de acolhimento para meninas, especialmente meninas desvalidas. Para melhor compreender essa diversidade, é preciso recorrer à presença das instituições assistencialistas, os interesses sociais e governamentais, além das propostas pedagógicas e religiosas das instituições, ou seja, das casas de caridade. Nenhuma história ocorre através de fatos isolados, nem de maneira linear, mas através de sucessão de acontecimentos que se cruzam, formando a história. Assim como assegura Kuhlmann (1998).

[...] a creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. (KUHLMANN, 1998, p. 78)

As novas estruturas familiares, a educação e o trabalho feminino, as questões econômicas são fortes aspectos para a história das instituições de educação no Brasil. Contudo, a história da educação feminina, apesar de ter acompanhado o processo evolutivo da educação mundial, possui suas características próprias. Essa evolução não ocorreu da mesma forma em todos os pontos do nosso país.

## **2. ASPECTOS DA CIDADE DE CACHOEIRA**

Situada no estado da Bahia, Brasil. Localizada nas margens do Rio Paraguaçu. Está distante da capital do estado, Salvador, cerca de 120 km. Cachoeira é uma das cidades baianas que mais preservaram a sua identidade cultural e histórica com o passar dos anos. A presença barroco, nas casas, igrejas e museus, levou a cidade a alcançar o *status* de "Cidade Monumento Nacional" e "Cidade Heroica" pela participação decisiva nas lutas pela independência do Brasil.

A região, já foi habitada pelos povos indígenas, conhecidos também como os povos a terra. Com a chegada dos portugueses, por volta de 1674, tendo como interesse primordial o cultivo da cana de açúcar, a mão de obra escrava, com fins lucrativos. Os colonos entenderam

que a presença dos índios representava uma grande ameaça para execução e bons resultados deste projeto, o que levou ao extermínio os primeiros habitantes da terra, os índios.

O nome Cachoeira foi dado pelos índios, devido à queda das águas, desembocando no rio Paraguaçu. O cultivo e a exportação da cana-de-açúcar, a intensificação do tráfico de escravos através de grandes navegações pelas margens do Rio Paraguaçu, contribuíram para o rápido desenvolvimento econômico da região. Diogo Álvares Correia, o Caramuru, que se salvara de um naufrágio, casou-se com a índia Paraguaçu e com ela teve duas filhas: Madalena que se casou com Afonso Rodrigues e Felipa que se casou com Paulo Dias Adorno. Ambos chegaram a Cachoeira no dia 13 de março de 1531 e resolveram os dois ali ficar. A junção dessas duas famílias estende-se a exploração das terras e, ambos viram que eram bastante produtivas, principalmente, para o cultivo de cana de açúcar e fumo.

Em 1595 Paulo Dias Adorno inicia a construção de uma Igreja com o título de Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada no alto do monte, próximo as margens do rio Paraguaçu. Alguns anos depois o nome foi alterado para Igreja Nossa Senhora da Ajuda. Ao lado da igreja, ele construiu sua residência e o engenho de açúcar às margens do rio Pitanga. Início do crescimento demográfico da região.

Em 1674, já existia a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Sendo elevada à categoria de Vila em 1693, sendo assinada pelo Desembargador Estevão Ferraz de Campos em 7 de janeiro de 1698. O aumento da produção da cana de açúcar no vale do Paraguaçu e do Iguape fazia da vila em principal entreposto comercial da época. No século XVIII, a vila atinge o alto nível de sua prosperidade socioeconômica.

O ouro, a cana de açúcar e o fumo exerceram papel definitivo na criação de ruas, casas e igrejas. O negro trazido como mão de obra de baixo custo, para trabalhar nas lavouras faz com que Cachoeira torna-se a vila mais próspera do Império exigindo que fosse elevada à categoria de cidade. No dia 20 de abril de 1826, D. Pedro I assina a Lei Imperial nº 64, elevando a vila à categoria de cidade. Em 13 de março de 1837, vila de Nossa Senhora de Cachoeira foi elevada finalmente à categoria de cidade, como Heroica Cidade de Cachoeira pelo governador da Província da Bahia, Dr. Francisco Prisco de Souza Paraíso, filho de Cachoeira, mediante a lei provincial nº 43.

Toda produção dos engenhos eram trazidos para o Porto da Cachoeira, a fim de serem embarcadas para Bahia de Todos os Santos, essa movimentação acelerava cada vez mais o

crescimento econômico da cidade. Esse desse desenvolvimento foi um estímulo para a implantação do sistema agroindustrial da cana de açúcar. Com isso, os senhores de engenhos aumentavam cada vez mais as suas riquezas, servindo-se da mão de obra escrava dos negros e dos índios.

No século XIX, Cachoeira era um dos mais extensos municípios do Brasil, atingindo como sede os distritos de Feira de Santana (1823), Tapera (1849), Castro Alves (1880), São Gonçalo dos Campos (1884), São Félix (1889), Santo Estevão (1921), Conceição de Feira (1926), Jandaíra e Itapicuru (1727). A base da economia colonial era o engenho de açúcar e a produção do fumo, destacando-se, este último, chegando a torna-se a principal.

Em seu livro “Segredos Internos” Schwaz (1988), mostra que “em 1697, havia em Cachoeira quatro armazéns para guardar os rolos de fumo,” em seguida toda mercadoria era transportada para Salvador. Ainda o mesmo autor relata, que em princípio do século XVI, a produção chegou a aproximadamente 2400 toneladas. Assim, fica provado que:

O cultivo do fumo fez surgir em Cachoeira e nas regiões circunvizinhas e, em certa medida, também em Maragogipe, uma organização social e econômica distinta no Recôncavo (SCHWAZ, 1588, p.85).

### **3. O ASYLO FILHAS DE ANA**

Com o fim da escravidão, cresce o abandono de crianças, o que se fortalece com a Lei do Ventre Livre, período em que aumenta a procura pela Roda dos Expostos. Com a chegada da República, devido ao aumento do número de crianças de rua, a situação passa a ser entendida como problema social. Contudo, não existiam na sociedade, espaços reservados para o cuidado dessas crianças, filhos de ex-escravos. Os pais não tinham condições de mantê-los nem educá-los, assim muitas dessas crianças eram abandonadas. Com a necessidade de acolhimento para esses desabrigados.

O século XIX assistiu à criação de diversas rodas. Em Pernambuco, foi instalada uma segunda roda aberta especificamente no Hospital de Misericórdia de Olinda. No Rio de Janeiro, também se formou uma segunda roda em Campos. Em Santa Catarina, foi criada uma em 1828. Em 1833 foi fundada a roda de Mato Grosso na cidade de Cuiabá. (SIDNARA, 2009, p.39).

Na República, a Roda já não atende a demanda dos enjeitados, são criadas entidades de amparo à criança com intenção de combater o índice de mortalidade infantil e assegurar a Ordem e o Progresso. Neste período são criadas entidades de amparo à criança, creches, asilos e internatos, com intenção de combater o índice de mortalidade infantil.

No final do XIX é marcado pelo crescimento de entidades assistenciais para o atendimento de crianças e adolescentes órfãs e enjeitadas. Estas entidades estavam quase sempre ligadas à Igreja Católica e tinham como intuito educar para a moral e para o trabalho. Por volta de 1927, é criada a primeira política para a infância em que a criança torna-se objeto de preocupações jurídicas no país: o Código Mela Mattos.

[...] a creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. (KUHLMANN, 1998, p. 78).

Surge, então, a primeira Instituição de acolhimento, proteção e assistência à infância no ano de 1889, localizada no Rio de Janeiro. Logo em seguida é criada a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), visando acolher os filhos de operários. Esses espaços destinados para o cuidado das crianças foram criados com sentido de prestação e serviços, ou seja, um ato de caridade, afirma Oliveira (2007).

No século XIX, a sociedade brasileira ainda apresentava muitos de seus traços conservadores. Porém, mesmo despontando alguns aspectos de mudança, sobretudo no campo da política, na Vila de Cachoeira as coisas pareciam estagnadas, e no que se refere à relação de gênero, poder, educação e costumes, esses preceitos certamente estavam bastante enraizados.

É nesse contexto, que o Sr. Antônio Carlos da Trindade funda o Asylo Filhas de Ana, tendo como interesse, acolher, abrigar, educar as órfãs, a fim de protegê-las até atingir a maioridade. O Asylo foi inaugurado no dia 27 de Setembro de 1891 ao lado da Estação Ferroviária, onde se mantém até hoje, apresentando como finalidade:

Receber, criar e educar, domesticamente, crianças do sexo feminino, orphans desprotegidas, ou crianças abandonadas e sem protecção, d' onde quer que ellas sejam sendo de 5 a 10 annos de idade até o número de 50. (Estatutos do Asylo Filhas de Anna, 1901, p.1).

A data comemorativa ficou registrada também em jornais da cidade, o qual pode testemunhar este momento histórico. A cerimônia reuniu grande parte da sociedade cachoeirana. O jornal da cidade, *O Guarany* de 1891, publica uma nota apresentando a inauguração do Asylo, denominado Filhas de Ana.

A cerimônia de inauguração aconteceu por volta das duas horas da tarde no palacete Silva Pinto, contando com a presença das órfãs, participação musical da filarmônica Orphesica. A festividade comemorativa foi tida como ato de esperanças, grande tesouro para ação social. O jornal reconhecia e parabenizava os obreiros pelo progresso voltado para caridade e justiça e apresentava as felicitações ao Sr. Antônio Carlos da Trindade Melo.

Como estava enunciado, teve lugar em 27 do andante domingo, a inauguração do Asylo de orphas-filhas de Ana, no palacete Silva Pinto, pelas duas horas da tarde, a noite houve uma exposição de vestuário das orphas, conservando-se o edifício iluminado. A philarmonica orphesica Cachoeirana fez-se harmoniosamente ouvir por vezes durante toda a cerimônia, dando d'est' art mais realce ao festim que resume em si o mais portentoso thesouro de futuras esperanças fundadas nas solidas bases, que a moral impõe ao mundo social. Nossas congratulações portanto a esta cidade, por ter em seu ser obreiros do progresso, que o trilho resplandecente do bem, da caridade, da justiça, sabe levantar excolso monumento; nossas felicitações ao ilustre cidadão Antonio Carlos da Trindade Melo. (JORNAL GUARANY, 1891, n. 71).

O Asylo pode contar com o apoio das senhoras de caridade, tidas como mães protetoras. As senhoras da sociedade cachoeirana colaboravam com o Asylo tanto na manutenção como nas regras de disciplina às quais elas mesmas deviam observar.

Numa época em que a sociedade era majoritariamente masculina, o Asylo se manteve sob a tutela de seu fundador até o ano de 1905. Logo após esta data a Congregação do SS, Sacramento assume o Asylo, porém continuando sob as orientações do Fundador.

O Asylo acolheu muitas crianças abandonadas e aplicou as primeiras experiências educacionais da instituição, ainda que de forma precária e não sistematizada. Ao se perceber a necessidade de um local adequado e higiênico para abrigar as crianças asiladas, propõe-se o funcionamento de uma casa de acolhimento, que pudesse oferecer as suas práticas educacionais com a aquisição de um imóvel.

Um aspecto muito importante nesta pesquisa é que desde a sua fundação as ações educacionais da instituição desenvolveram-se de forma peculiar e estreitamente voltada para

ação caritativa, exercidas em espaço próprio. O abrigo passava a abrigar pessoas carentes, tocado pelos mais diversos sentimentos: pela abnegação em abrigar e cuidar do próximo, pelo cumprimento do dever e compromisso com a caridade, em observação as normas do Estado e em conformidade com as orientações cristãs, segundo as práticas da caridade e serviço ao próximo e que as meninas fossem privadas da vaidade mundana. No que se pode compreender a respeito do espaço que serviria de abrigo para as crianças, o Asylo era:

[...] instituição total um híbrido social, parcialmente comunidade residencial parcialmente organização formal [...] em nossa sociedade são estufas para mudar as pessoas; cada uma é um natural sobre o que se pode fazer do eu. (GOFFMAN, 1974, p.22).

Segundo Goffman (1974), a instituição seria o experimento, local próprio de morada, em que um grupo poderia realiza atividades de convivência, formação e lazer, porém submetidos a uma equipe que administraria o cotidiano do espaço, que funciona de forma autônoma semelhante a um órgão do Estado. Assim, de acordo com o regimento do Asylo, fazia-se necessário cuidar da administração e, para tanto, contou-se com o apoio do serviço das senhoras de Caridade.

Com o passar do tempo e graças às ajudas abastadas de benfeitores, o espaço físico se tornou cada vez mais adequados ao abrigo das asiladas. Como instituição assistencial, de direito privado e sem fins lucrativos, o Asylo, buscava materializar seus compromissos corporais e espirituais que embasavam sua existência filantrópica. O Asylo Filhas de Ana prestou serviço de grande importância a sociedade de Cachoeira tanto no empreendimento a ação caritativa quanto o desempenho ação educativa, mesmo que elementar.

### **3.1. Corpo administrativo**

O Asylo era administrado pelo provedor, às mães protetoras e as senhoras de caridade. À direção cabia o encargo de dirigir todo o movimento do asilo, do ensino das asiladas, asseio, economia, cumprir e fazer cumprir as regras do estatuto, bem como, a representação nas dimensões internas e externas do Asylo e a responsabilidade por mudanças na estrutura.

A obra era organizada hierarquicamente, tendo como sua figura máxima o provedor, chefe da Administração. A ele cabia, a aprovação de todos os membros para as diversas obras da casa, passava pelo fundador o conhecimento e controle do tempo e das atividades do Asylo, gerando nas pessoas expectativas a respeito dos aspectos legais que sustentava o trabalho institucional e a relação de poder constituído.

Todas as pessoas que ali viviam em constante processo de interação, estreitando ou abrindo laços afetivos e sociais, gravitavam em torno da figura central do Asylo: as internas, mães protetoras, as professoras e o pessoal de apoio. É no desvelar da infância vivida dentro do espaço isolado que pode ser compreendida a atuação do Asylo e suas práticas educativas internas.

Portadora de direito napoleônico, a criança passa a ser vista como um ser que não exercia atividade laboral, não cabendo a esta a responsabilidade dos seus atos e para tudo o que se referisse a mesma, precisaria da companhia de um adulto. A compreensão começa vigorar no Brasil no início do século XIX, percebendo então, a criança como um ser influenciável, presa fácil que precisava encontrar as condições necessárias para seu florescimento psíquico e intelectual. Segundo Del Priori (2000, p.84) “[...] o certo é que, na mentalidade coletiva, a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, um momento de transição e por que não dizer, uma esperança”.

Nas primeiras décadas do Brasil Império, a legislação referente à infância sinalizava o recolhimento de crianças expostas, como medida de caráter assistencial. Neste sentido, o Asylo Filhas de Ana destacou-se pelo trabalho de abrigar crianças, oferecendo-lhes abrigo, comida, orientação religiosa e educação. Assim, a sociedade considerava perfeitamente normal que uma mulher assumisse os cuidados de local onde seriam acolhidas às crianças enjeitadas e desamparadas. Um espaço onde as asiladas só tinham por opção trabalhar como doméstica ou casar-se.

Ainda assim, esse desejo deve ter suscitado no coração de algumas meninas que almejavam viver uma vida diferente e fora dos portões do Asylo. Contudo, o Asylo esmerou-se em propiciar uma educação prática, voltada para aprendizagem formal com finalidade de fazer o bem e indicar o caminho de um futuro seguro àquelas que dependiam de seus serviços. Entretanto, questiona-se, se os meios para esse fim foram os mais acertados?

Na tentativa de aprofundar o conhecimento, faz-se necessário desnudar alguns aspectos históricos e filosóficos deste espaço desde o início de sua criação. Partindo do pressuposto de que o Asylo era uma instituição observadora das leis presentes no país, especialmente na Bahia, o Estatuto da Instituição em consonância com as leis educacionais vigorantes no Estado da Bahia, buscou-se propiciar uma educação elementar e formal na tentativa de preparar as meninas para um futuro mais seguros a partir de suas capacidades próprias de trabalho para manterem-se.

Nas redondezas do recôncavo, apenas o município de Feira de Santana com a presença do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 1879 e o Asylo Filhas de Ana, em 1891, na cidade de Cachoeira, contemplam a chegada de uma Instituição para atender meninas podres e desvalidas. Mesmo que de forma elementar contribuíram para que um número significativo de pessoas não ficasse fora do processo formal de educação e a margem da sociedade.

### **3.2. Práticas educacionais**

As práticas educacionais do Asylo desenvolveram-se de forma peculiar, acompanhadas das ações caritativas que foram exercidas em espaço próprio do Asylo, seguindo os aspectos históricos, administrativos, educacionais e os cuidados das desvalidas que se entrelaçavam no funcionamento do mesmo. A instituição foi inaugurada com o solene nome de Asylo Filhas de Ana, passando a ser reconhecida e registrada em documentos oficiais da casa e da cidade.

Em conformidade com as orientações religiosas e a meta de organização do Estado da Bahia, seguido das práticas de “caridade”, acompanhado pelo sentimento de que todas as meninas deveriam ser protegidas da vaidade mundana. Dentro da concepção de que era preciso prepará-las para a vida prática no âmbito doméstico como também capacitá-las para ganhar seu próprio sustento, o Asylo investiu no aprendizado de trabalhos domésticos e ofícios que não exigissem máquinas nem condições especiais.

### **3.3. As tarefas desenvolvidas pelas internas**

As meninas faziam trabalhos manuais diversos, aprendiam a cozinhar, lavar, engomar suas próprias roupas e mesmo outras de ganho, limpeza da casa, incluindo banheiros,

dormitórios, refeitório, e ainda os cuidados das meninas menores, além do artesanato como flores e bordado. As orientações para a execução das tarefas domésticas eram dadas logo que elas ingressavam o Asylo. Contudo, não se media esforços para que fossem observadas a ordem, a disciplina e a hierarquia, demarcando assim, o poder e o papel feminino.

As asiladas se ocupavam nas mais diversas tarefas domésticas e educacionais, pois se entendia que a capacitação e o cumprimento do dever era bom caminho para um casamento feliz e seguro. Além disso, estariam aptas para exercer as atividades manuais e ganharem o seu sustento com honestidade.

Observa-se desta forma, que a organização servia para fazer valer a hierarquização existente na casa. As asiladas maiores instruíam as pequenas e ao mesmo tempo eram vigiadas e orientadas pelas senhoras “mães protetoras” que eram subordinadas ao fundador. De acordo com Foucault o poder constituía-se em, “[...] redes hierárquicas precisas, servindo-se da multiplicidade para garantir que o controle e a disciplina estivessem sempre em dia” (FOUCAULT, 2007, p.181).

No asylo existia horário determinado para tudo, este era distribuído desde o primeiro momento de oração até a última atividade a ser realizada. Isto favorecia o controle da disciplina, e possibilitava um estilo de vida cada vez mais acentuado ao conceito da instituição, o que englobava o acolhimento, a moradia, os estudos e a saúde. Ao desempenharem as atividades domésticas solicitadas dentro do espaço do Asylo, as meninas cumpriam suas “obrigações”, e se efetivava o que era considerado como parte do preparo para a vida futura, fosse como empregadas em serviços domésticos em casas de famílias ou como donas de casa.

Evitando o máximo de contato com o mundo externo as casas de acolhimento assumiam posição de microuniverso social, e “seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico” (GOFFMAN, 1974, p. 16). Para algumas internas o internato era visto como uma prisão e, para quem não queria estar ali, isso era determinante.

Ademais, todos os aspectos e movimentos da vida no espaço interno (dormir, comer, trabalhar, etc) eram realizados em horários comuns para todos, salvo extrema necessidade de doença e ou caso grave e com a companhia de guardiãs determinadas pelas senhoras de caridade, uma característica específica de uma instituição total. Após o “toque de silêncio”, a

responsável fechava as portas do prédio e apagava as luzes, encerrando o expediente e atividade das internas, ao mesmo tempo anunciava a hora do repouso.

Ficar no dormitório só era permitido no horário determinado para o recolhimento; as saídas se davam apenas com a permissão das senhoras de caridade e ou supervisora. Durante o repouso noturno, tinha sempre alguém que de tempo em tempo vigiava o dormitório.

Para as refeições, a entrada no refeitório, era controlada pelas responsáveis do dia e a observação da fila. Ao toque de um sino as internas organizavam-se em filas e iam para o refeitório. Aquela que fosse flagrada furando a fila ocupava o último lugar. Ocupando seus lugares na mesa, faziam a oração. Durante as refeições, observava-se o silêncio, e nas mesas, a autoridade era das internas maiores escolhidas para sentar à cabeceira da mesa e distribuir os alimentos entre as demais.

As internas eram despertadas ao som do sino, além do som tipo: hora de despertar, o dia amanheceu. A utilização do horário controlado é uma antiga prática das comunidades monásticas, utilizado também nos Asyls e estava ligado a “três grandes processos estabelecer as censuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição” (FOUCAULT, 2003, p. 127).

As atividades eram executadas sob o som dos toques do sino, indicando as atividades diárias. Logo após levantar-se arrumavam as camas, partiam para os asseios de higiene pessoal, banheiros, em seguida tomava a primeira refeição e preparavam-se para mais um dia de trabalho e estudo. Apesar de hesitar contra o sistema duro, as internas internalizavam os sinais e atendiam. Era preciso entender que o “tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2004, p. 129). As meninas sofriam para se adequarem aos rigores do horário, especialmente o toque de acordar.

A busca feita sobre os desvalidos da pátria especialmente em Cachoeira e seus arredores, tendo com início a fundação do Asylo até o período que ex-aluna externa entrevistada, pode ser considerada uma iniciativa para melhor compreensão das práticas pedagógicas no Estado e, sobretudo nesta localidade e, ainda o que estava por trás desta educação e treinamento para o trabalho manual no séc. XIX.

#### **3.4. Resistências à normatização disciplinar**

Acolhidas desde a infância, seja pela falta de condição dos pais ou até mesmo por motivo de doença ou morte de membros da família e outros, as meninas eram marcadas logo no início da vida pela pobreza e pelo abandono. Estas cresciam no aleitamento até se completar os dias de aceitação para entrarem no Asylo. Durante o tempo que as desvalidas ficavam na enfermaria não recebia nenhum tipo de instrução educacional.

Ao ingressarem no Asylo elas eram alfabetizadas e seguiam o curso primário. Observa-se que na documentação desta instituição não transparece até quando a casa acolheu apenas enjeitadas da sociedade. Cabe ressaltar que mesmo estando localizado em uma área urbana, o Asylo atendia ao pedido de acolhimento de meninas de Cachoeira e arredores, inclusive da zona rural.

A partir destes dados é possível perceber que era comum a presença de asilandas com idades diferentes estando em uma mesma classe, atestando que essas diferenças, não seriam empecilho para a instrução das mesmas. Observa-se que a instrução no Asylo se dava segundo as normas religiosas e condicionamento moral seguido dos padrões estabelecidos pela Igreja Católica.

A cada final de ano, ficava registrado, uma espécie de relatório, declarando o aproveitamento das asiladas: “foi bom o aproveitamento das asiladas, em português, música e prendas; sendo quase todas examinadas no fim do ano, tendo a maior parte d’ellas optimas notas”. Em alguns casos, antes da entrada na instituição, a candidata era submetida a uma espécie de avaliação prévia, para se verificar os possíveis graus de conhecimento para então, ser incluída em uma das classes no Ensino Primário.

Dessa forma, dar-se a entender que o ensino destinado às internas era elementar, objetivando apenas algumas noções básicas de leitura e escrita, seguida da complementação do aprendizado doméstico como costurar, gomar, lavar, passar, lavar, lavar, bordar, cozinhar.

Vale ressaltar que o pensamento tradicionalista que se tinha sobre a mulher, fazia-se necessário um rigoroso controle sobre a conduta feminina. Sendo assim, a instituição exercia o dever de proteger a honra de suas internas, resguardando-as de qualquer mancha de pecado. Tudo referente ao Asylo era registrado nos relatórios, observando as devidas atualizações.

Sem receber ajuda do governo, o custo para a manutenção da casa tornou-se alto e os recursos suficientes apenas para os gastos, até mesmo a taxa das professoras. Sendo assim, as

medidas adotadas para sair das dificuldades econômicas modificaram em parte o objetivo inicial do Asylo, o de acolher meninas enjeitadas da sociedade.

Para ajudar nas despesas da casa, além das órfãs, o Asylo deu início ao acolhimento de alunas que tinham familiares vivos com condição de pagar suas despesas, foram às externas pensionistas. Estas não moravam integralmente, apenas se beneficiariam do ensino custeado pelos familiares através de uma quantia, paga como mensalidades, proveniente de seus estudos e estadia no Asilo, como foi o caso da Sra. Helena Maria, a entrevistada. Essa prática facilitou a manutenção e continuidade das obras. Consta-se desta forma que o Asylo começa a fugir de suas origens.

O Asylo passou a receber também algumas alunas externas, estas últimas não viveriam ali integralmente, apenas se beneficiariam do ensino que suas famílias custeavam através do pagamento de mensalidades. Portanto, dentro de um espaço caracteristicamente filantropo, estava se instalando, mesmo que timidamente e embalado pelas circunstâncias, uma educação particular (CONCEIÇÃO, 2009, p. 84-85).

Nascia uma educação particular mesmo que de forma retraída ou auxiliada pelas obras de caridade. Aos poucos, esta ação ia perdendo espaço, e as meninas enjeitadas iam cedendo o seu lugar às bem nascidas da sociedade Cachoeirana. Do Asylo Filhas de Ana, nasce o Colégio SS. Sacramento. As famílias com posses que tinha intenção de oferecer uma educação regular a suas filhas insistiam em matriculá-las no Asylo. O que prova a carência da educação pública especialmente para meninas no município de Cachoeira naquela época.

Mesmo não dependendo do Estado, a sociedade em geral esperava do Asylo uma educação feminina que seguisse as normas daquilo que se pensava para as mulheres. As famílias tradicionais da época procuravam meninas de referência nos Asylos, pois, preferiam os serviços das meninas de tenra idade e com base no zelo, na moral e etiqueta.

Assim, em muitos casos, ao término de sua estadia no Asylo, elas ingressavam em casas de famílias atuando como secretárias domésticas. Acompanhando o conjunto das prendas domésticas, estavam às virtudes que a mulher deveria se empenhar por adquirir, tais como: ser cuidadosa, paciente, honesta, equilibrada, discreta, afetuosa, submissa, obediente, tendo em vista agradar o esposo e para o alcance desse grau de comportamento, eram submetidas às regras através de um processo disciplinar que envolvia a assimilação, práticas dos discursos e controle das autoridades.

As asiladas já faziam parte de uma categoria social mais elevada e melhor aceita na sociedade, pela educação que recebiam no Asylo. Evidentemente, estas seriam consideradas boas mães, justamente por terem-se sido moldadas pelo rigor da disciplina asilar.

### **3.5. O controle do poder do tempo e do espaço**

Para Foucault (2004) o poder está essencialmente ligado ao saber, uma vez que através do ensino se veiculam as regras, o cumprimento, as repressões, o controle e a disciplina e, onde se exerce a vigilância. Para ele diante dessas circunstâncias, justificam-se as formas de manipulação de poder e vigilância dominante em uma sociedade disciplinar. Afinal, no seu cotidiano as meninas eram constantemente vigiadas e disciplinadas, além disso, deveriam obedecer as regras da casa. O resultado da desobediência era a punição. “A órfã que sair do Asylo não poderá mais voltar para ele como educanda”. (Estatutos do Asylo Filhas de Anna, 1924, art. 2º).

As punições eram quase sempre marcadas pela privação dos recreios, aumento de tarefas braçais, atividades dobradas, mudança no horário das refeições, oração individual. Era preciso seguir prontamente as atividades e os horários programados e estabelecidos a fim, de se alcançar a construção da sua própria história. É importante considerar que normalmente nestes tipos de instituição as meninas internas não tinham vez nem voz para expressar suas vontades próprias, ao contrário, tinham suas individualidades ameaçadas pelo coletivo e por decisões vindas de cima.

O comando do poder estava presente em todo processo da casa. O exercício constante da vigilância e a prática da rotina rígida gerava uma passiva aceitação da realidade. A vida no Asylo ainda que todas as intenções caritativas tenham motivado tal procedimento, significava uma forma de enquadramento coletivo e o controle social por parte daqueles que detinham o poder em todos os níveis: político, econômico, intelectual e religioso.

A relação de poder com o saber deixa evidente o método pedagógico que proporcionavam o rigor disciplinar para se alcançar uma boa conduta. Estabelecem-se então, o domínio para coibir quaisquer tentativas de manifestação contrária que ferissem as normas do espaço. Em seu livro “Vigiar e Punir”, Foucault apresenta o poder como mecanismo de interferência indireta na intimidade e particularidade do indivíduo. CONCEIÇÃO (2009) em seu trabalho “As órfãs e desvalidas do Asylo Filhas de Ana: regras de conduta e feminilidade

em Cachoeira (1891-1905)” ressalta que o poder usado dentro do Asylo não serviu apenas para disciplinar:

Tenho buscado em minhas pesquisas exatamente as outras forças ou poderes que podem ter existido dentro do Asilo para além daquele aracteristicamente disciplinar, reconhecendo aquele espaço como tendo sido um ambiente passível de tensões e antagonismos. E, a partir dele, tento perceber as tentativas e estratégias femininas de engendrar outros poderes e de negociar possíveis brechas no tecido social de onde emana o controle. Afinal, como diria Foucault, onde há poder, há resistência. De fato, nem todas as meninas sentiam-se tão gratas assim pela acolhida que era tão veementemente apontada como uma espécie de resgate sublime. (CONCEIÇÃO, 2009 p. 87).

A autora aponta brechas de possíveis tentativas de resistência por parte das meninas e não aceitação das normas disciplinar. Assim, o que gostaríamos de destacar neste trabalho, considerando e corroborando com as observações de Sidnara é que, era como se, o uso do poder fosse um campo minado, isso porque existia, funcionava sorrateiramente, sem fazer barulho. Era articulado para dar certo, por isso, o poder disciplinador controlava habitualmente os mesmos membros que estavam responsáveis por controlar.

Sendo assim, havia uma fragilidade em torno do poder, embora hierarquizado. Dessa forma, fica claro que nem todas comungam com a ideia de que somente a vontade de determinado grupo dominante, abarcasse a força motora do movimento social. O mesmo poder que circulava e favorecia todo o corpo administrativo enquanto dominantes, outrora recaia sobre aqueles que eram tidos como os detentores do poder ao tempo que eram submissos ao sistema político vigente do país.

Em uma época, onde a mulher não era considerada, nem tinha direito a educação, um grupo de mulheres consegue desenvolver um trabalho que exigia competência para administrar e sustentar a obra. Ao mesmo tempo em que o grupo que era dominado, busca de certa forma o seu empoderamento através do trabalho desenvolvido. Surgem grupos de senhoras de caridade, às mães protetoras que buscavam doações, enfrentavam os poderes públicos, quebravam as regras que diziam que a mulher só servia para governar fogão. Assim, do seu jeito, essas mulheres conseguem dizer para sociedade que não aceita o que querem impor para elas.

Por outro lado, observa-se que, o mesmo grupo que era dominado, era também dominante, ao passo que no desenvolvimento de suas práticas de acolhimento, proteção e

instruções educacionais, acabavam por dominar, controlar as internas através das regras e exigências do cumprimento das atividades diárias. Mas esse mesmo grupo, também empoderava as asilandas, oferecendo por meio da educação a possibilidade de conquistarem autonomia e ocupar o seus lugares na sociedade, vivendo a partir do próprio trabalho e livres das dependências do sexo masculino.

Importante considerar que, no Asylo Filhas de Ana, a classe minoritária, ou seja, o grupo mais fraco (as internas) também manifestaram reações contra o poder dominador o que se pode considerar uma iniciativa de luta de classe. Quando contrariavam as normas da casa, quando não cumpria as atividades e os horários estabelecidos, quando enfrentavam as penas sofridas, os castigos, quando decidiam deixar a instituição, era uma forma de resistência, que pode ser considerada também uma luta de classe, uma manifestação contra o poder e a dominação. Esse grupo também lutava por sua independência, sua liberdade, seu querer, pensar e agir próprio. Em um espaço onde o mais fraco sofria as exigências das normas disciplinares, podemos também perceber as tentativas e estratégias de escapamento por parte das asilandas.

As retiradas do asylo foram: Maria Carolina Machado, desvalida, entregue a seus parentes por não querer ela continuar no asylo, tornando-se insuportável; Elisa Maria Rodrigues, pensionista, retirada por seu pai; e faleceu Maria Engracia Lopes, pensionista da Santa Casa de Misericórdia. (CONCEIÇÃO, 2009, p. 88).

Assim, ficam claro que, no jogo de poder existente por trás das ações caritativas algumas meninas tentavam de alguma forma encontrar possíveis brechas de resistência às regras impostas presentes em todas as atividades da casa. Nem sempre o plano educacional apresentado àquelas meninas contemplava nem atendia ao que se esperava. Mesmo havendo grande aceitação por parte da maioria não podemos deixar de sinalizar as possíveis tentativas de resistência, de oposição, contrarreações e rejeição às normas do Asylo.

Por trás do plano social machista sempre houve receio que, do mundo feminino, surgisse grandes ameaças ao poder, inclusive ao poder político. Afinal, negar a educação feminina, sempre foi uma forma de evitar reivindicações e cumprimento de direitos. Esse foi o grande motivo que fez com que as mulheres ficassem excluídas do mundo da educação até o XIX.

#### 4. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA MARCANTE

A pesquisa envolveu a senhora entrevistada, na condição de ex-aluna externa da Instituição, esta convivia diariamente, sob o regime de determinadas regras disciplinares e normas estabelecidas pelo Asilo. Por meio do método exploratório, busquei agrupar as informações mais importantes para a compreensão da realidade estudada e melhor compreender o comportamento e práticas educacionais existentes no Asilo.

Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações e acontecimentos; inclui transcrição de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12).

A pesquisa foi realizada no interior da residência da entrevistada no dia 22 de outubro de 2017, localizada na Praça Maestro Tranquilino Bastos, número 06 com objetivo de coleta de dados por meio do depoimento da senhora Helena, que se mostrou bastante receptiva e cordial.

A senhora Helena Maria Milhazes nasceu em 1930 no dia 12 de fevereiro às 15h na própria casa onde mora até hoje. Tem 88 anos de idade. Em 1960, foram morar em Salvador, ela e mais duas irmãs, retornando a Cachoeira apenas aos finais de semana. Trabalhava na Escola Federal Politécnica de Salvador. Quando se aposentou voltou de vez para sua terra.

Decedente de Portugueses a senhora Helena é a quarta filha seis irmãos e estudaram todos com as irmãs sacramentinas. Seu bisavô, filho de português, o senhor Albino José Milhazes, foi o primeiro a chegar ao Brasil, vindo diretamente para Cachoeira a fim de estabelecer-se enquanto comerciante, assim relata à senhora Helena “A chegada da minha família aqui em Cachoeira, foi assim: Meu bisavô era Português. Veio de Portugal e aqui se instalou e constituiu família. Quando ele aqui chegou, começou a se movimentar para o trabalho e a primeira atividade desenvolvida foi o fabrico de charutos”. Tornou-se um grande fabricante de charutos e honrado membro da sociedade Cachoeirana. Ela relata que o seu avô Albino José Milhazes Filho também inceriu-se no ramo comercial, trabalhando na Fábrica de Churutos juntamente com o seu pai.

“ Não tenho documento que prove, mas era uma coisa que sempre se ouvia falar. O meu avô continuou o fabrico de charutos, acompanhando todo movimento da cidade, participando de tudo se estabeleceu e aqui criou os filhos que são meus antepassados e também nós fomos criados aqui”<sup>1</sup>.

Tombada como sítio histórico pelo IPHAN em 1971, a cidade de Cachoeira, assiste o desaparecimento de suas antigas manufaturas de fumo. A obra da antiga fábrica de charutos Leite & Alves, fundada em 1856 e desativada a mais de 30 anos. Este prédio recebe recuperação das fachadas, recomposição da cobertura, esquadrias, paredes e adornos e a adaptação interna para atender a um programa de necessidades da universidade. Tornando-se campus da Universidade Federal do Recôncavo. Nas origens deste prédio encontra-se também a presença da família da Sra. Helema que, retrata a história com propriedade.

“A Fábrica era onde, hoje é a Universidade. E essa parte daqui do monte, eu não tenho documento que prove, mas dizem que, Fernando Argolo doou toda essa parte da Universidade para cá para meu bisavô, assim ele (meu avô Albino José Milhazes Filho) teve a possibilidade de doar também para construção do Asylo”.<sup>2</sup>

É importante destacar que no prédio onde sua construção acontece mediante a doação do terreno pelos antepassados da família Milhazes vai servir de espaço de formação e aprendizagem para a senhora Helena.

Sra. H “O começo, eu não tenho provas, mas é o que contavam. Que as Irmãs quando chegaram da França escolheram Cachoeira para morar. O meu bisavô era o dono desse terreno onde hoje é o Colégio. Tinha o fabrico de churutos onde hoje é a Universidade. A ligação das irmãs com a minha família começou assim. O terreno foi doado por ele para construção do Asylo”.<sup>3</sup>

Seu pai o senhor Luiz José Milhazes, também comerciante contempla o início da decadência da fabrica e da cidade. Sua mãe Ambrozina Acidália Serra Milhazes era dona de casa e principal responsável pela educação dos filhos.

---

<sup>1</sup> Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora.

<sup>2</sup> Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora.

<sup>3</sup> Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora.

Procura-se analisar a educação asilar a partir de 1891 a 1945 acreditando que em meio a esse período tentou-se evidenciar a dinâmica política, econômica e social da qual brota a estrutura educacional Cachoeirana, 1945 foi à data que Helena deixou o Asylo. A Senhora Helena ingressou no Asylo em 1935 com cinco anos de idade e de lá emergiu dez anos depois em 1945 com o 5º ano primário completo, sendo contemplada com plenitude e louvor.

Sra. H. “A minha vida de Colégio. Quando comecei a conhecer as letras se usava a cartilha de A a Z. Éramos obrigadas a fazer caligrafia. O caderno que tinha uma linha larga e duas linhas juntinhas pra gente escrever o título do que ia dizer e, escrever nas linhas miudinhas. Era preciso fazer uma letra bonita para poder ter a nota, então cada uma se esforçava para fazer a letra mais bonita que pudesse. Na sala, um dia era dedicado a Matemática, nesse dia, todo mundo tinha que saber tabuada e se fazia a sabatina. Dividia-se a sala e um grupo fazia a pergunta e o outro respondia. Quem não soubesse levava bolo porque não tinha estudado”<sup>4</sup>.

O uso dos castigos físicos nas crianças, a exemplo da palmatória, “deveria ser usada apenas pelo mestre e servir para bater “somente” na palma da mão esquerda com dois ou três golpes no máximo” (VEIGA, 2003, p.502). Contudo, violência era uma prática comum, seu uso era legítimo no universo das relações humanas, seja na escolar, entre senhor e escravo, marido e esposa ou pais e filhos.

Sra. H. “Durante a aula de Português nós devíamos fazer uma leitura. Abria-se o livro de repente e, a leitura era feita. Era recomendado “quando for fazer a leitura, imponha a voz, imponha para voz sair bonita e não pode gaguejar”. Tinha que ler corrido, fazer a pontuação certa e usar os espaços das palavras. Era preciso fazer tudo isso, e a gente se esforçava pra isso. Talvez por isso, hoje eu faça uma leitura assim. O padre disse uma vez que eu sabia ler muito bem. Se fosse à escrita, escrevia o que errou até encher uma página de caderno. Hoje não é assim, não precisa, pois tem as maquinas pra fazer. Mas era a gente que se esboçava, puxava pela memória e fazia as contas. Os castigos eram esses. Repetindo o que errou, certamente não erraria nunca mais”<sup>5</sup>.

O fim do século XIX foi marcado por várias discussões sobre a proibição dos castigos físicos e morais nas instituições de ensino, fato que dá espaço à difusão do uso de novos

---

<sup>4</sup> Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora.

<sup>5</sup> Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora.

métodos para se conseguir a tão almejada disciplina e a produtividade dos alunos. Porém, entendia-se que o método memorial era adotado pela facilidade de se manter a disciplina. Pautava-se na palavra e almejava a padronização das ações. Assim, todos os alunos liam o mesmo material, e deveriam executar as mesmas ações. Segundo o depoimento da senhora Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora. fomos criados aqui

Helena a sala de aula era um espaços de ação pedagógica com inclusão de elementos simbólicos de dominação disciplinar e nos remete ao conhecimento de como era ministrada as aulas, com estilo decorista.

Sobre a orientação educacional recebida na família, a senhora Helena declara que seus pais orientavam para educação moral e religiosa. Quando lhe perguntei como foi à base de sua educação familiar, ela deixa claro que:

Sra. H. A “minha educação, como moça, ou como estudante, em tudo era aquela educação assim, não livre e aberta como hoje, não tínhamos essa liberdade. Éramos orientadas. Explicava-se o que era bom e que era ruim. Não com essa amplitude de hoje. A começar que aqui em casa a educação era muito rígida, igual ao Asylo, à mesma coisa, mesmo porque a nossa casa era como se fosse um convento. Mas no Colégio nunca, nunca recebeu castigo. Tinha notas baixas nas provas mais a gente recuperava logo”<sup>6</sup>.

Em conformidade com a formação que se pretendia oferecer à mulher, as famílias de posses procuravam dar uma educação regular a suas filhas, aquelas que atendessem aos padrões da sociedade. Inseridas neste contexto a família de Helena busca no Asilo a instrução almejada, introduzido assim às quatro irmãs aos cuidados, normas e práticas educacionais do Asylo Filhas de Ana. O que demonstra também a ausência de oferta do ensino para meninas tanto público quanto privado na Bahia, mas particularmente em Cachoeira neste período.

Sra. H. No Estatuto do Asylo, 1924, capítulo II, art. III s 2º declara que “As asilandas tem o direito aos seguintes ramos de ensino: Instrução religiosa, língua Portuguesa, aritmética, História sagrada e noções de Geografia e de História do Brasil, além de prendas domésticas, trabalhos de agulha e outros adequados as suas condições, como lavar, engomar e cozinhar”<sup>7</sup>. (Estatutos do Asylo Filhas de Anna, 1924, p.6).

---

<sup>6</sup> Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora.

<sup>7</sup> Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora.

Foi essa a educação que recebeu a Sra. Helena. No Asylo pretendiam-se combater as possíveis práticas que manchasse a imagem da feminina, por isso mesmo eram introduzidas num projeto pedagógico de ensino voltado para salvaguardá-la e protegê-las das ciladas do mundo e inseri-las no espaço doméstico, tornando-a guardiã do lar. Uma mulher prendada, afetuosa e submissa.

Embora, o discurso fosse o de que a educação representava o acesso à emancipação da mulher. Contudo, não pode negar que essa realidade se concretiza no final do século XX. Na verdade “o fim último da educação era preparar a mulher para elevar seu nível de atuação no espaço doméstico, no cuidado do marido e filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar, efetivamente, uma profissão assalariada” (ALMEIDA, 1998, p. 19).

A ex-aluna considera boa e aprimorada a educação que recebeu, pois, encontrava no Asylo a complementação da educação que recebia em casa. “a orientação à gente recebia em casa, se completava com o auxílio do Colégio, e ficava ainda melhor, pois, reforçava tudo aquilo que a gente já conhecia”. A Sra, Helena se percebia bem sucedida enquanto aluna, pois nunca ficou de castigo, nem de joelhos, “Lembro-me que certa vez, irmã Ana me disse que viu o nome de Maria Luiza, aprovada com distinção e louvor. Nós cursamos na escola até o 5º ano primário. No meu tempo terminar o 5º ano primário, a gente estava formada”.

Sobre a resistência de algumas internas por causa do rigor, controle de poder estabelecido no interior do Asilo, legitimando o sistema disciplinar e normalizador ao mesmo tempo podem caracterizar o espaço asilar, como um ambiente rígido e de possíveis tensões, fugas e enfrentamento. Em sua fala, Helena deixa transparecer as estratégias e resistências por parte das internas em cumprir regras e executar determinadas tarefas e obrigações.

Sra. H. “A resistência das meninas quando não cumpriam as obrigações. Geralmente ficava sem lanche, às vezes a alimentação não era na mesma hora que todas se recolhiam para se alimentar, ficava pra depois ou ficava afastada. Botava-se num lugar, a parte e ali ficava até cumprir o que foi determinado para ela fazer. “Na lavanderia, quantas relutaram para não lavar”. Diziam “há eu vou lavar roupas suja”, mas tinha que fazer. Varrer passa pano, não só, tinha que lavar a casa jogar água com sabão. Elas trabalhavam de cara feia, de cara amarrada, tomando castigo, mas precisava cumprir a obrigação que foi determinada e assim, elas faziam”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora.

Sobre a sociedade de Mães Protetoras. No capítulo IV, art. IX do Estatuto do Asylo (1924) consta que, a sociedade de Mãe Protetora poderia ser composta por número ilimitado de senhoras de família, tendo como fim proteger, defender o Asylo e trabalhar para promover benefícios e tudo que pudesse ser útil ao Asylo. Contudo para ser admitida como Mãe protetora era preciso pago um valor pré-estabelecido por mês. Experiência feita pela senhora Helena e sua família.

Sra. H. Famílias da sociedade de Cachoeira foram convidadas pelas Irmãs, a criarem uma espécie de associação para a manutenção do Asylo. Titulavam-se as Mães Protetoras do Asylo. Fornecia-se todo mês uma quantia para auxiliar nas despesas do Asylo. Minha avó era Mãe Protetora, minha mãe era Mãe Protetora e eu também me tornei Mãe Protetora do Asylo Filhas de Ana.

As mulheres ditas de elite destacavam-se pelo status que possuíam no meio social. Essa posição era adquirida através do nascimento ou casamento. Assim, era significativo o pertencimento a famílias bem conceituadas e abastecida economicamente. Observando a prática da caridade, muitas mulheres organizavam-se em associações para executarem tarefas relacionadas ao cuidado de doentes, órfãs, idosos, pessoas necessitadas. Fazia parte de sua posição social à promoção de eventos beneficentes que pudesse angariar fundos para as obras assistenciais. Essas damas de caridade eram mulheres possuidoras de índole impecável, boa esposa e mãe. Sendo assim, elas deveriam zelar pelos bons costumes e enfatizar as normas católicas, defendendo a honra feminina em qualquer situação.

No que se refere à vida social das internas, esta atingia uma dimensão além-muros do Asylo. A partir do depoimento da Sra. Helena, percebe-se que havia uma interação com a sociedade a qual estavam inseridas. “Participei de muitas coisas no Asylo embora, não fosse interna. Eu era Externa, todo dia voltava para casa. Mas participava de tudo. Até quando as irmãs criavam as peças de teatros para apresentar. Éramos convidadas como artistas. Já fomos apresentar até em Feira de Santana”.

A participação nas oficinas de teatro e nas apresentações dos Dramas possibilitavam as internas sentirem-se corresponsáveis pela sua formação ao mesmo tempo em que, colaboravam com a manutenção do prédio, além de colocá-las diante da realidade econômica, social e cultural vigente. “No meu tempo o cinema da cidade. Éramos preparadas para apresentar no cinema, dar um espetáculo” o benefício era em prol do Asylo.

Sra. H .“Era ensinado pra gente: Drama, poesia. Até em Feira de Santana nós fomos apresentar. Apresentamos no Internato Nossa Senhora de Lourdes. Íamos com o Trem de ferro que levava gente até lá. E não tínhamos vergonha, não. Tinha alguns que faziam a gente chorar de emoção. Eu hoje digo: tive infância, tive juventude, e estou tendo velhice. Tudo muito sadio, tudo muito bom, graças ao meu início, eu não me canso de falar”<sup>9</sup>.

A senhora Helena conviveu na instituição asilar no tempo de internato, entretanto, ela não era interna, havia as exceções, os casos específicos, mostrando que nem todas as crianças que viviam na instituição eram órfãs, mas que precisavam ficar durante o dia para estudar. E naquele tempo os pais encontraram no Asylo o lugar adequado para atender às necessidades de uma educação que contemplasse os valores exigidos para mulher.

A senhora Helena a partir dos seus relatos deixa evidente que a sua experiência no Asylo pode ser considerada positiva, pois, a educação recebida enquanto aluna externa ajudou na construção de sua identidade e contribuiu na sua formação humana quanto para o seu desenvolvimento social, religioso e profissional. “hoje a única família que ainda permanece até hoje em Cachoeira é a minha. As famílias que vieram para cá, hoje não moram mais aqui, se afastaram da cidade. Eu trabalhei em Salvador durante trinta e sete anos na Escola de Engenharia da Universidade da Bahia e sempre dizia; no dia que eu me aposentar eu volto para Cachoeira. Me leve para passear onde quiserem, mas me traga de volta. Deixem-me morrer aqui na cidade onde eu nasci. É aqui que eu quero morrer”.

A reconstrução da experiência vivida pela ex-aluna, embora cada relato contenha em si mesmo o que a depoente quis oferecer, evidenciou o Asylo, através das interações com as colegas, com os membros da Instituição e com sociedade. Nesse sentido, o individual se insere no contexto coletivo institucional.

Contudo, há de se constatar que o Asylo enquanto Instituição tradicionalmente aceita pela sociedade vigente, criada com objetivo de acolher crianças e adolescentes do sexo feminino, tendo como base para o seu funcionamento a prática da caridade do acolhimento, atinge o seu fim .

---

<sup>9</sup> Depoimento da Sra. Maria Helena Milhazes, realizado em 12 de fevereiro de 2018, pela pesquisadora.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho vale destacar que a motivação deste escrito se deu principalmente, por certo interesse em conhecer a história desta instituição, analisar significativamente a palavra *Asylo* e perceber como se desdobrava o processo de acolher, disciplinar, educar e conduzir as meninas órfãs além de contribuir com a historiografia educacional baiana.

Contudo, é válido ressaltar que não existe a presunção de que neste texto se esgote as problematizações aqui levantadas. Entretanto, tem-se a consciência de que a pesquisa contribuiu para assegurar o quanto é importante resgatarmos a memória local do processo educativo em Cachoeira em um período que abarca desde os tempos coloniais, até o Séc. XIX, pois se percebe uma lacuna desse período na historiografia educacional local.

Assim sendo, percebe-se que a prática do ensino neste espaço foi aplicada de acordo com o pensamento da época. Contudo, tendo em vista que o ensino deve ampliar os sentidos do aluno e não podar o seu pensamento e a sua visão crítica em relação às culturas e as tradições, deve-se ressaltar que essa metodologia era uma maneira de se aplicar, expor e direcionar a conduta feminina em todo território brasileiro.

Declara-se assim, que o *Asylo* atingia o seu objetivo, pois, caminhava em consonância com a lei estabelecida para educação do período estudado. Contudo, consideremos a importância do meio social para o desenvolvimento do ser humano, assim, a construção de saberes na perspectiva de avançar para uma dimensão além do formal, mas uma formação inclusiva, emancipatória que atinja o desenvolvimento integral do ser humano.

Este trabalho demonstra o universo da casa de acolhimento e a ideia de educação formal e disciplinar presente naquele momento histórico em Cachoeira e na Bahia. Mesmo apresentando fragilidades, esta pesquisa invoca um período da história da Educação Cachoeirana ainda cheia de lacunas. Reconhecendo a pequenez e fragilidades do estudo, iniciante em natureza e discursos historiográficos, sobre a Educação, declara-se a necessidade de maior aprofundamento. Pois, há de se concordar com Le Goff (1988) que diz:

O conhecimento do passado, que pode estar depositado em mente envelhecida, em livros empoeirados e esquecidos, pode tornar-se acessível às pessoas se resgatado pela pesquisa. (Le Goff, 1988, p 20).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. "O Sentido da Educação Colonial". In: A Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943, p. 289 – 320.

BARBOSA, Rita. "A disciplina e as táticas no universo escolar segundo Michel Foucault: a anatomia política do detalhe". In: Revista Espaço Acadêmico nº 74 Julho 2007.

CONCEIÇÃO, Eneida Gomes Mota. **Um meio honesto de sobrevivência:** educação feminina no Asilo Filhas de Ana. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

Estatuto Filhas do Asylo Filhas de Ana: Cachoeira, Bahia, 1891.

Estatuto Filhas do Asylo Filhas de Ana: Cachoeira, Bahia, 1924.

DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000. P. 137-176.

FOUCAULT, Michel. "Disciplina". In: **Vigiar e punir: nascimento da prisão;** tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. **Nascimento da prisão.** 36ª ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

JÚNIOR, Alfredo Pinto da Silva. **Seminário de Belém da Cachoeira:** Educando os filhos dos principais em "santos e honestos costumes".

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Mello, Francisco José de. História da Cidade de Cachoeira. Editora Gráfica Radami 2001.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República.** Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC, São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, L.P. **A instrução feminina em São Paulo**: subsídios para a sua história até a proclamação da República. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

SOUZA, Sidnara Anunciação Santana. **As órfãs e desvalidas do Asylo filhas de Ana**: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891 – 1905). Dissertação de Mestrado: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

SILVA, Pedro Celestino da. “A Cachoeira e seu Município/ ESCÔRÇO Physico, Político e Administrativo”. In\_: revista do Instituto Geográfico e histórico da Bahia – N°63. Bahia; 1932.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no Sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**ANEXOS**





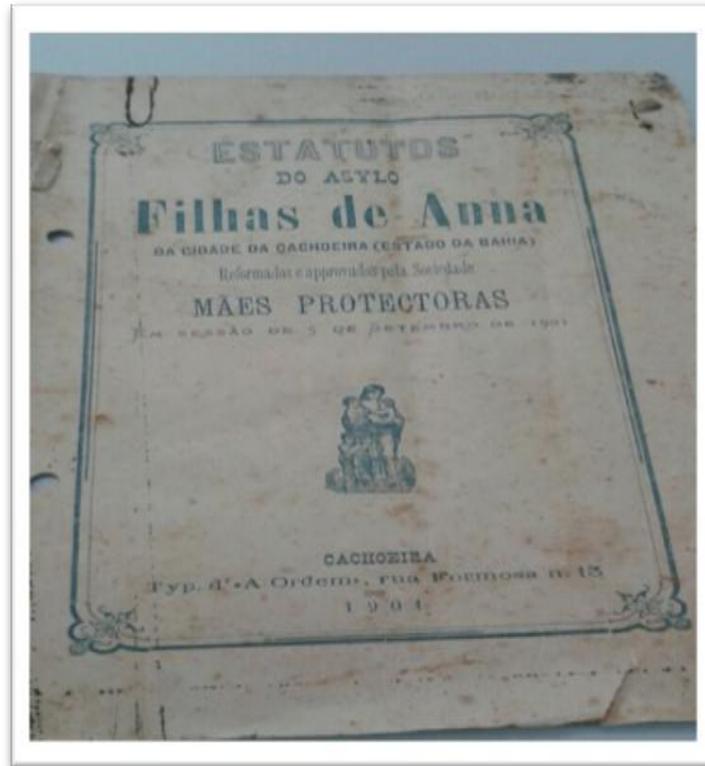
Foto 2: Recorte do jornal O GUARANY com anúncio de inauguração do Asylo



**Foto 3-** Prédio do antigo Asilo Filhas de Ana, foto tirada em 12 de março de 2018. Fonte: próprio pesquisador. (Foto atual Colégio Santíssimo Sacramento)



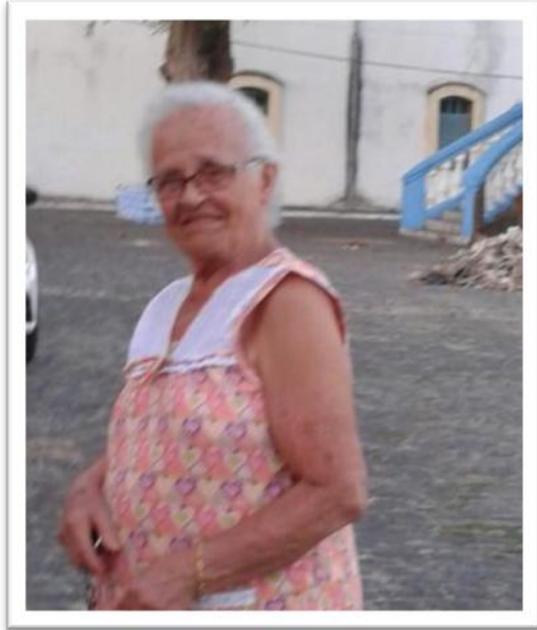
**Foto 4:** Placa de Fundação do Asylo Filhas de Ana



**Foto 5** – Estatuto original do Asilo Filhas de Ana (1891)



**Foto 6:** Estatutos originais do Asylo Filhas de Ana(1891)



**Foto 7.** Senhor a entrevistada, tirada em 15 de fevereiro de 2018. Fonte: próprio pesquisador.